



DEBATE: A REFORMA DA GRADE CURRICULAR

Na noite do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e trinta minutos, no auditório Alice Monteiro da Faculdade de Direito e Ciências do Estado, deu-se início ao debate extraoficial sobre a reforma da grade curricular do curso de Ciências do Estado. Estavam presentes, além do coordenador do curso, Roberto Vasconcelos Novaes, os seguintes discentes cadastrados: Felipe Luiz Pacheco de Souza Silva, Amanda Cristina Santos de Jesus, Ana Luiza de Souza Braga, Marcela Ranieri Henriques, Tamyres de Oliveira Pinto, Taynara de Oliveira Pinto, Lucas Maciel de Oliveira, Melissa Regis Oliveira, Julia de Aquino Pereira Alvarenga, Vitória Alves, Maria Tereza Damasceno, Fernanda Luiza Alves Neves, Vitória Alice Oliveira da Cruz, Tainá Rodrigues de Jesus Silva, Marcus Vinicius Candido Mendes, Luiz Eduardo Souza Silva, Beatriz Rodrigues Rossi, Luiz Henrique Costa Barbosa, Yuri Araujo Martins, Theo Augusto Fonseca, Maria Regina Reis, João Pedro Carvalho, Pedro Luiz de Jesus Bravo, João Sotero de Oliveira, Nathalia Magalhães de Matos, Arthur Bernardo Silva, Caio Cunha da Costa, Alejandro Fernandez Diniz Cassiano, Wellington Alves, Luiza Santos Pina Vaz, Hellen Luiza Balbino Oliveira, Marcos Túlio Ferreira de Figueiredo, Júlia Rodrigues Fernandes, Larissa Almeida de Castro, Caroline Mariete Pimentel, Pedro Luiz Rodrigues Barreto, Beatriz Silva Lara do Amaral, Beatriz Souza Camargo, Amanda Ruiz, Hiran Reis Domingues, João Augusto Troleis Castilho, Poliana Carvalho Ferreira, Lucas Lamounier Lapa Sabino.

O debate se inicia com o presidente do Centro Acadêmico de Ciências do Estado (CACE), Lucas Lamounier Lapa Sanabio, passando, aos presentes, os informes centrais que objetivam o debate. O presidente aponta que existem horas excedentes, e que existem horas de extensão não regulamentadas no curso. Para Lucas, o debate tem caráter emergencial, para levantar as opiniões dos alunos que vivem o curso. Lucas passa a palavra para o coordenador do colegiado do curso de CE, Roberto. Roberto informa que pediu a abertura de um debate ao CACE, para levantar as diversas opiniões das pessoas que compõem o curso. Como coordenador, Roberto aponta os desafios do colegiado: a implantação da formação de extensão universitária, que decorre da Lei 13005 de 2014, que em sua meta 12. pede que 10% das grades curriculares sejam focadas em extensão. A universidade estabeleceu internamente as diretrizes para implementação da extensão na resolução 10/2019. É necessário regulamentar essas horas para os alunos que entraram em 2023.1. Outro desafio, para o



coordenador, é a falta de regulamento do curso, que deveria detalhar as regras gerais do curso. As regras são fixadas pela universidade de maneira geral, mas o curso precisaria, para Roberto, estabelecer suas regras de acordo com a realidade de Ciências de Estado. Ressalta ainda, que as normas que ficam em aberto na regulação da Universidade, devem ser reguladas pelo colegiado de cada curso. O último desafio é que o curso provavelmente passará por uma avaliação no ano de 2023. A reitoria informou que o MEC pode avaliar o curso. Roberto conta sua experiência como ex-presidente do CAAP, que contribuiu para que ele enxergue com importância a opinião dos alunos. Roberto admite que, apesar de ter estudado a fundo o Campo de Públicas, ainda não tem uma opinião de como o curso deverá ser, mas que a construção não deve ser dele, mas dos alunos. O coordenador afirma ter agendado uma reunião com todos os ex-coordenadores do curso para colher opiniões sobre o que deve ser feito a respeito do curso. Por fim, discursa deixando livre o momento de deliberação, para que se debata coletivamente o que se deve objetivar para o curso de Ciências do Estado.

Roberto parte para a explicação de como se dispõe a atual divisão de horas do curso, e que a carga horária deve ser alterada. A versão curricular atual tem 2520 horas, e a pró-reitoria de graduação entende que os cursos de quatro anos devem ter 2400 horas. Portanto, devem ser reduzidas 120 horas. Existem disciplinas de 60, 45 e 30 horas no curso. Uma vez feita a alteração, é necessário reformar a grade no sentido de aplicar 10% para formação e extensão universitária (240 horas daquelas 2400). São 1700 horas para disciplinas obrigatórias e 480 horas de cargas flexibilizadas, sendo 60 horas de formação livre, 120 de ACG e o restante para disciplinas optativas. Ainda existem 300 horas de estágio obrigatório, a contar a partir do quinto período letivo. Roberto afirma que a maneira mais fácil de reformar a grade seria retirar 120 horas de obrigatórias e mais 120 das flexibilizadas. Por fim, bastaria cada aluno, por si só, obter as horas de extensão. Contudo, o coordenador afirma não ser a melhor maneira, por gerar um problema de gestão: muitos alunos ficariam dependentes das horas para completar a graduação. Além disso, é muito aconselhável, pela pró-reitoria, que as horas em extensão foquem em conteúdos que o curso oferece. Uma parte das 240 horas pode ser deixada em aberto, mas o ideal é que se vincule disciplinas a projetos reais de extensão. Outra opção é a criação de disciplinas optativas genéricas, como fez o curso de Gestão Pública da UFMG. Roberto finaliza, dizendo que pode-se aproveitar a presente oportunidade para deliberar-se a reforma curricular no sentido do mérito das disciplinas, para possível avaliação



futura. Roberto ainda esclarece que não tece crítica alguma a coordenadores passados por não ter realizado as reformas, uma vez que o curso passa por processo de estruturação. O coordenador passa a palavra ao presidente do CACE, que agradece a exposição de Roberto. Lucas explica que o CACE abriu um Grupo de Trabalho (GT) para o tema, e chama a diretora do DEPE, Marcela, para expor. Marcela descreve os objetivos do GT, a composição de pessoal e o método de avaliação de construção das demandas, além dos processos burocráticos para aprovação oficial da proposta. Marcela expõe a necessidade da contribuição de vários discentes. A palavra retorna para Lucas, que explica a dinâmica do debate: serão dois minutos de fala, podendo sofrer adições de tempo devido a interrupções.

O aluno Depollo lembra que o curso de gestão pública tem uma disciplina chamada Laboratório e que devemos usar a disciplina de base para construir os projetos de extensão do curso de CE. Critica, ainda, a curricularização da extensão, que pode gerar comodismo aos alunos. Roberto lembra que a curricularização não deve ser para ignorar a necessidade e importância da extensão, mas para formalizar os projetos, que deverão ser construídos de maneira efetiva, não “fictícia”. A aluna Luiza aponta que o curso de CE é muito afastado do departamento de Ciências Políticas, que, em sua opinião, é absurdo. Os projetos de extensão podem se dar no sentido de, inclusive, tentar aproximar CE academicamente com as ciências políticas. Além disso, sugere que criem-se projetos de extensão específicos para CE, a fim de valorizar o curso. O doutorando João Pedro pergunta se a disciplina de criminologia está sendo contabilizada na contagem de horas feita pelo coordenador Roberto. Esse afirma que sim, já que a disciplina continua na grade curricular do curso. João Pedro, como egresso, afirma que o momento é ideal para repensarmos a grade curricular do curso, mas enxerga que não existe tempo hábil para fazer isso de uma vez, e sugere que a deliberação da regularização de horas seja feita concomitantemente com a avaliação do mérito do curso, para repensar o curso de Ciências do Estado. Para ele, deve-se pensar o curso de maneira diferente dos outros cursos, e não se pautando em cursos como Direito, gestão pública etc. João Pedro menciona que o professor Cattoni disse que outros departamentos da Universidade demonstraram pouquíssimo interesse na construção do curso de CE. João Pedro sugere uma residência pública no curso. O aluno Lucas Antônio concorda com o aluno anterior, reforçando que é um momento ideal para mudar todo o curso. Sugere também mudanças ao Grupo de Trabalho, que seja feito de maneira a pensar todo o curso, incluindo o ciclo básico e



os dois percursos. Sugere que a composição seja feita por alunos de diversos períodos, formando comissões para avaliar méritos diferentes. Roberto tenta modular as expectativas dos presentes, estabelecendo prioridades para o plano de trabalho de alteração da grade curricular. O coordenador ainda justifica, dizendo que a comparação com outros cursos foi feita para se embasar como cursos similares em alguns pontos. Devemos, para ele, aproveitar o que outros cursos oferecem de melhor, tanto no sentido acadêmico e curricular, quanto no sentido metodológico e burocrático. Roberto sugere a criação de Formações Complementares Abertas prontas, para tentar facilitar a interdisciplinaridade do curso. Depolo demonstra apreço pela proposta de Roberto. Ainda corrobora com a proposta de residência de João Pedro, entendendo como importante a experiência no meio público. Se referindo ao terceiro período (“ciclo das cidadanias”), Depolo aponta que algumas dessas disciplinas podem ser mescladas por serem, por muitas vezes, redundantes. João Pedro retoma a fala, afirmando que precisa-se definir a metodologia de trabalho para as próximas assembleias e comissões. Para ele, a melhor solução é flexibilizar o máximo possível, deixando o aluno escolher a melhor maneira de cumprir sua carga horária, de forma que seja possível para o aluno concluir essas horas sem a necessidade de se submeter a processos seletivos. João Pedro conta que o Tribunal de Contas do Estado tem grande interesse em capacitar pessoas para trabalhar na administração dos municípios de MG. Roberto explica que podem existir diversos projetos de extensão dentro de um programa. Poliana ressalta a fala de João Pedro, já que existem diversos projetos de extensão com processos seletivos, o que é incompatível com a obrigatoriedade da extensão. Rebate o professor Roberto sobre ir ao campus para disciplinas de Ciências Políticas, argumentando com a dificuldade de transporte e mobilidade. Pedro Bravo lembra o grande problema que é deixar todas as horas de extensão abertas. Ainda lembra que o Grupo de Trabalho deve se delongar para além da atual demanda, para que o curso seja reformado paulatinamente de acordo com as diversas defasagens que tem. Marcão acredita que a solução para o problema está dentro da Faculdade de Direito, e aponta diversos projetos de extensão que existem dentro da faculdade. Acredita que esses projetos podem ser um pontapé inicial para cumprir as horas exigidas até que o GT elabore proposta palpável. Carol Mariette, egressa, sugere que o GT faça uma pesquisa com os egressos para levantar qual foi a maior defasagem do curso para os profissionais que já se formaram e estão atuando no mercado. Sugere que forme-se um grupo de pesquisa para estudar a questão da residência. Luiza Pina afirma que deve-se abrir edital específico para professor específico de Ciências do



Estado, e que isso deve vir de Ciências Políticas. Luiza sugere que a residência deve ocorrer na mesma esfera para todos. Acha importante que as disciplinas entreguem projetos de extensão com constância, e afirma ter gostado da ideia de uma Formação Complementar Aberta pronta. Marcela pergunta para Roberto como funcionará a questão dos cursos para contabilizar nas cargas de extensão. O coordenador explica que o curso de extensão é um curso, na esfera de ensino, que precede uma prática extensionista. Contudo, a organização do curso é considerada atividade de extensão. Lucas Lamounier aponta que o formato da discussão deve se atentar à urgência, e esse é o objetivo do Grupo de Trabalho no presente formato. Critica, também, a obrigatoriedade da disciplina Iniciação à Universidade. Lucas defende a curricularização da extensão, pela acessibilidade maior que o método trará. Hiran Barbosa diz que ouviu muito sobre a interdisciplinaridade do curso, mas indaga onde está o alicerce interdisciplinar do curso. Por isso, defende a existência de FCAs prontas. Hiran afirma que percebe a inter-relação entre diversas disciplinas. Aponta também que a disciplina de Introdução à Universidade está sendo altamente importante para que os calouros se situem na UFMG. Pedro, egresso e mestrando, demonstra receio em desmobilizar a reforma na divisão das reformas em dois semestres, e demonstra preferência em fazer de uma única vez. Sugere, ainda, que o CACE convoque Assembleia para discussão do modelo do grupo de trabalho. Demonstra-se satisfeito com a riqueza do debate atual, pedindo, além disso, que os representantes do GT sejam eleitos em Assembleia. Lucas Antônio responde à Marcão, lembrando que dois dos projetos citados por ele estão inativos. Amanda elogia a riqueza do debate, inclusive para demonstrar as diversas opções que temos. Pede aos presentes para que adicionem todas suas ideias ao forms do CACE. Diz que nunca havia ouvido falar nos projetos de extensão citados por Marcão. Ainda sugere remuneração e bolsas para extensões na FAPEMIG. Aponta que devido a correria da vida dos estudantes, seria interessante que professores de outros departamentos venham lecionar na Faculdade de Direito para o curso de CE. João Pedro pede solução rápida para o problema, tremendo uma má avaliação do MEC para o curso. Pede ainda, que a comissão do GT seja participativa e ativa. Ainda lembra que existem professores que não se atêm a ementa das disciplinas. Roberto lembra que a regularização do curso é urgente, e que não depende de opção do curso, sendo mandatório por instâncias superiores. Esse, para o coordenador, é o “incêndio a ser apagado”, mas que toda a reforma curricular é um processo de melhoria contínua e de adequação do currículo de acordo com a regularidade dos alunos matriculados. Para ele, a maior carência que foi levantada no debate foi a falta de projetos de extensão próprios do curso de Ciências do Estado. Luiza



corroborar com a fala de Roberto sobre a necessidade da reforma ser um processo contínuo. Sugere também que apenas os estudantes votem na proposta de construção do GT.

O debate foi encerrado.